

ESTUDO DO PERFIL DA INCLUSÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REGULAR DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Adriana Machado Pereira Gomes¹, Aline Rodrigues Martins², Claudia Santos Oliveira³

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências da Saúde, Av. Shishima Hifumi, 2911, adrianasjc@hotmail.com

²Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências da Saúde, Av. Shishima Hifumi, 2911, lineca_fisio@hotmail.com

³Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Av. Shishima Hifumi, 2911, csantos@univap.br

Resumo- O aluno portador de necessidades especiais (PNE), deve ser incluso no sistema de ensino regular das escolas municipais, pois é dever da escola pública, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais. O objetivo deste trabalho foi levantar o perfil da inclusão do portador de deficiência nas escolas da rede municipal de ensino regular da cidade de São José dos Campos. Foram aplicados questionários em 139 professores e analisados através de dados percentuais. Os resultados mostraram que a maioria dos professores atua com 30 – 40 alunos/sala e dos professores que tem em suas salas alunos com algum tipo de deficiência, 24% atuam com mais de três alunos PNE. Somente 2% dos professores julgam estar completamente preparados para receber alunos PNE, fato que pode ser explicado através da observação de que apenas 37% dos professores realizaram cursos na área de educação especial e mais de 80% relataram não haver profissional da área de reabilitação prestando-lhes orientação. Portanto, a carência a respeito da educação inclusiva, está na falta de conhecimento e sobrecarga do professor, que pode ser suprida através de uma equipe multidisciplinar.

Palavras-chave: deficiência, fisioterapia, educação, inclusão
Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1989), define um indivíduo portador de deficiência como sendo aquele que tem qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, física ou anatômica, diferente deste, o termo incapacidade significa a redução ou falta de capacidade para exercer uma atividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano (MARTINS, 2002). Portanto uma deficiência causa uma incapacidade, e tendo em vista as mais diferentes dificuldades que as crianças PNE vivem, observa-se outro problema: a realidade dessa criança, agora aluno, na sua inserção na escola de ensino regular.

A pedagogia praticada atualmente fundamenta-se na psicologia da criança, e sua principal característica, reside em apoiar-se nessa mesma psicologia, para respeitar melhor a idéia de que é impossível querer acelerar o desenvolvimento da criança mediante um ensino que se encontra prematuro e sendo mais aplicável ao adulto do que a própria criança (MARCHAND, 1985). De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respaldado, pela Lei nº 9.394, art. 4, é dever da escola pública atendimento educacional

especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Baseando-se nessa, o aluno PNE, deve ser incluso no sistema de ensino regular das escolas municipais.

Durante a Assembléia Mundial, sediada pela cidade de Salamanca (1994), os representantes dos países e organizações participantes compromissaram-se em procurar educar juntos a todos os alunos, sem restrições faces as suas diversidades, assumindo entre outros que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Com esse encontro também surgiu a necessidade e/ou interesse de se pesquisar mais sobre o assunto abordando tanto a questão teórica, como sua implementação (MARTINS, 2001; SANT'ANA, 2005).

Apesar, de existirem leis e compromissos de boa vontade entre dirigentes que asseguram o direito do aluno PNE, não se pode esquecer que para a proposta de uma escola inclusiva se concretizar alguns fatores devem ser respeitados como: as necessidades e as diferenças individuais, reavaliação dos programas, processos e técnicas educacionais, ampliação e aperfeiçoamento do saber científico para uma

construção de currículos adequados, reciclagem das idéias e posturas dos educadores para estimular os alunos e os próprios trabalharem de forma mais tranqüila, aprimoramento e adequação dos recursos materiais, além de novas formas de avaliações dos alunos.

Alguns autores como Ferreira (1999), Mader in Montoan (2000) e Costa (2002), definiram dois termos comumente utilizados quando nos referimos à inserção do aluno PNE nas escolas: integração e inclusão. Integração é definida como inserção parcial ou seletiva do portador na classe regular, enquanto inclusão é composta por uma sociedade que considera todos os seres humanos como cidadãos legítimos, através da inserção total e incondicional, que independe das limitações do indivíduo. Ao consultarmos a trajetória sobre a educação no país, observa-se que somente a partir da década de 70, o aluno PNE pode ter acesso e “ganhar” o direito nas escolas regulares (MARTINS, 2001).

As escolas não são somente centros onde os alunos se capacitam profissionalmente, mas também é um espaço de convivência de diferentes pessoas, e refletindo nessa afirmação, as escolas especiais parecem ser contra-indicadas como já dizia Montoan (2000), pois dificultam as trocas que poderiam conseguir estando em convivência com outras pessoas com deficiências ou ditas normais; não passariam pelos seus limites necessários e cabíveis para seu crescimento pessoal e intelectual e dificultaria assim, suas vitórias que poderiam ser conquistadas pelos seus esforços. Observa-se o quão importante é esse convívio e os benefícios que essas mudanças provocam em ambos, pois, quando estudam juntos os alunos sem deficiência e os alunos com algum tipo de deficiência desenvolve-se conforto e compreensão frente à diversidade, demonstra-se crescente responsabilidade, e estes serão mais e melhor preparados para a vida adulta numa sociedade diversificada (MONDINI, 2000). Além dos benefícios pra as crianças, essas atitudes provocam mudanças no modo de pensar e agir dos professores, da própria família e da comunidade em geral.

A principal discussão, citada por outros autores é a falta de formação especializada sobre como abordar e atender seus alunos com necessidades especiais que pode interferir tanto na aprendizagem (ou falta de) como na relação aluno-professor e aluno-aluno. Por esse motivo é preciso que além de técnicas da área da pedagogia, os professores se tornem cientes do diagnóstico e prognóstico de seus alunos PNE, para assim terem melhor conhecimento sobre seus alunos, processo esse que acontece naturalmente com alunos sem algum tipo de deficiência (MACIEL, 2000).

A proposta do presente trabalho foi levantar o perfil da inclusão do portador de deficiência nas escolas da rede municipal de ensino regular da cidade de São José dos Campos, com relação à inserção e aprendizagem dos alunos portadores de alguma deficiência (auditiva, visual, motora, metal e múltiplas). Gostaríamos de ressaltar, que um dos motivos que nos levaram a pesquisar o assunto, é a falta de atenção e o tratamento que os mesmos recebem dentro das escolas, por falta de elementos humanos e despreparo para com o problema. Muitas vezes, por desconhecerem o assunto, alguns profissionais simplesmente rotulam e discriminam as crianças provocando mais prejuízos a orientação pedagógica, com erros grosseiros de diagnóstico e prognóstico.

Materiais e Métodos

Estudo investigatório, que foi realizado em onze escolas da Rede Municipal de Ensino Regular da cidade de São José dos Campos, escolhidas aleatoriamente nas regiões Norte, Sul e Leste; Participaram deste estudo 139 professores, após a concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para esta pesquisa foi utilizado um questionário previamente elaborado, totalizando treze questões, contendo três tópicos abordando a identificação do professor, formação e atuação profissional; incluindo aspectos físicos da escola e as condições que as mesmas possuem (material, apoio técnico, entre outros).

Após o presente projeto ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o mesmo foi encaminhado para as escolas selecionadas da Rede Municipal da cidade de São José dos Campos, onde foi analisado pela diretoria das mesmas. Todos os voluntários foram informados a respeito da aplicação do questionário e também sobre os objetivos, benefícios e finalidade do presente trabalho. Na primeira fase, depois do projeto ter sido aprovado pela escola, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (conforme as exigências da Resolução 196/96 do Ministério da Saúde e do CEP da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP), para os professores. A segunda fase iniciou-se após o consentimento dos voluntários, seguido do preenchimento dos questionários pelos mesmos. Assim que devidamente aprovados e respondidos, foram recolhidos pelos responsáveis do projeto e posteriormente analisados. Foi realizada uma análise estatística, utilizando o cálculo de percentual, através do programa Microsoft Excel 2000.

Resultados

A pesquisa foi realizada em 11 escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São José dos Campos, que foram escolhidas aleatoriamente. Participaram desta coleta 139 professores, sendo 126 do sexo feminino e 13 do sexo masculino; a caracterização da idade é demonstrada na Tabela 1. Destes professores 97% atuam em salas de aula de 1ª a 8ª série e 3% em outras funções (orientação pedagógica, orientação educacional, entre outras).

| Idade dos Professores | |
|-----------------------|-----|
| 18 – 20 anos | 1% |
| 20 – 30 anos | 5% |
| 30 – 40 anos | 42% |
| Mais de 40 anos | 52% |

Tabela 1 – Caracterização do percentual da idade dos professores

De acordo com a formação profissional, foi questionado os cursos concluídos pelos professores: segundo grau, magistério e/ou graduação, além de pós-graduação (Latu Sensu e Strictu Sensu) e outros (cursos de aperfeiçoamento, orientação, atualização na área de educação especial). Os dados serão demonstrados na Tabela 2. Dos professores que concluíram pós-graduação, apenas 16% realizaram na área de educação especial.

| Cursos Concluídos | |
|-------------------|-----|
| 2º grau | 1% |
| Magistério | 5% |
| Graduação | 94% |
| Latu Sensu | 55% |
| Strictu Sensu | 4% |
| Outros | 37% |

Tabela 2 – Formação profissional dos professores

O tempo de atuação na área educacional foi dividido em professores que atuam no período inferior a um ano, de um a cinco, cinco a dez e mais de 10 anos. Os dados estão demonstrados na Figura 1.

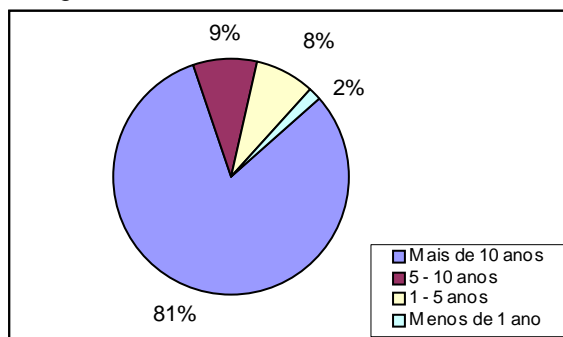


Figura 1 – Tempo de atuação na área acadêmica

Teve maior prevalência as salas de aula com trinta a quarenta alunos/sala, significando 89% da amostra.

Do total de professores, metade possui em suas salas, alunos com algum tipo de deficiência. Estas deficiências - auditiva (DA), motora (DM), visual (DV), mental (DME) e múltiplas (DMU), estão descritas na Figura 2. Desses professores, 24% atuam com mais de três alunos PNE em sala de aula.

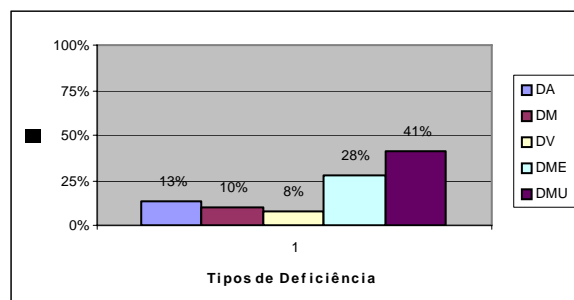


Figura 2 - Tipos de deficiências presentes nas salas de aula.

Em relação ao questionamento referente à preparação dos professores, 56% acreditam não estarem preparados para receber alunos portadores de necessidades especiais e, 28% acreditam estarem parcialmente preparados, apenas 2% acreditam estar completamente preparados (14% não opinaram).

Em referência a escola, 42% afirmam que a escola não apresenta estrutura física adequada, 53% que escola apresenta parcialmente, 4% apresenta totalmente estrutura física para receber alunos PNE (1% não opinaram); já em relação às salas de aula e o material utilizado, 53% afirmam que a sala não apresenta condições, 42% que apresenta parcialmente e 4% que apresenta totalmente (1% não opinaram).

Entre outras, foram abordadas questões a respeito da existência de algum profissional da área de reabilitação (Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Psicólogo), tendo este vínculo com a escola, prestando-lhe orientações e sendo sua carga horária igual ou superior a quatro horas/semana; ou se há algum profissional da área de reabilitação, sem vínculo com a instituição, porém, prestando-lhes orientações através de visitas esporádicas, sendo que 93% e 88% negaram, respectivamente.

Discussão

Vários artigos publicados sobre o tema inclusão escolar, realizados na rede pública de ensino regular, através de questionários e entrevistas demonstram a falta de conhecimento dos professores no que diz respeito à educação inclusiva. Portanto, a identificação dessa problemática é um meio de se verificar a carência na área da educação inclusiva, possibilitando a

descrição de fatores que porventura podem contribuir para isso.

O presente estudo questiona se o professor julga-se preparado para atuação de sua função em uma escola inclusiva, resultou em 56% da amostra afirmando que não. Torres (2001) com sua amostra de 10 professores também observou que a maioria dos professores revelam desconhecimento com relação à forma de lidar com diversas deficiências.

Segundo a pesquisa realizada, apenas de 37% dos professores haviam realizado cursos voltado para a área da educação especial; mostrando coerência com a pesquisa realizada por Sant'Ana (2005) observou dentro de sua amostra (10 professores e 6 diretores), 2 haviam participado de aperfeiçoamento na área de educação especial.

Em relação ao espaço físico, 42% relatam que a escola onde lecionam não apresenta estrutura física adequada; e 53% não possuem material didático. Martins (2001) também observou em seu estudo reclamações como a falta de material específico e de adaptações necessárias ao ambiente e Sant'Ana (2005) justificou a falta de apoio técnico como uma das causas da "incapacidade" dos professores para lidar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Dos voluntários questionados em nosso estudo, 94% possuem em seu currículo acadêmico a graduação; estando estes de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 do Art.62 que rege: a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Conclusão

Identificamos que a dificuldade de alguns professores está no simples fato do número de alunos/sala, sobrecarregando o professor, fazendo com que o mesmo não dê o suporte educacional ao aluno PNE; dificuldade que, seria suprida se em cada instituição houvesse uma equipe multidisciplinar incluindo, estagiários por sala, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, entre outros. O trabalho envolvendo profissionais da área da reabilitação e educação promove benefícios tanto para o aluno que ganha enquanto a aspectos físicos, sociais e educacionais; como para o professor que obtém maiores conhecimentos tanto profissional como pessoal.

Referências

- COSTA, M. P. R. Os Aspectos Práticos da Educação Inclusiva. Departamento de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Educação especial da Universidade Federal de São Carlos, novembro/ 2002;
- Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Art. 4 e 62, Lei nº 9.394. Brasília, 20 de dezembro de 1996;
- FERREIRA, S. L. A. A Sociedade Inclusa. Revista Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.42, jan/fev. 1999;
- MACIEL, M. R. C. Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec., v. 14, n. 2 Apr/Jun, 2000;
- MARCHAND, M. *A Efetividade do Educador*. 3ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985;
- MARTINS, J. S. Atuação do Fisioterapeuta na Realidade Escolar de Crianças com Deficiência Física: Uma perspectiva integradora. Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.2, n. 1, 2002;
- MARTINS, L. A. R. Por Uma Escola Aberta às Necessidades do Aluno. Temas sobre Desenvolvimento, v. 10, n. 55, 2001;
- MONDINI, R. A Inclusão do Portador de Síndrome de Down na Educação Infantil. Caderno UniABC de Fisioterapia, ano 3, nº 13, 2000;
- MONTOAN, M.T. E. Ser ou Estar: Eis a Questão – Explicando o Déficit Intelectual. 2ª ed. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2000;
- SANT'ANA, I. M. Inclusive education: the concepts of teachers and school administrators. *Psicol. estud.*, May/Aug. 2005, vol.10, no.2, ISSN 1413-7372;
- TORRES A. P. F.; ANDRETTO Y. T. T.; DAMIANI, A. M. N.; NETO, G. N.; BREITENVIESER, L. P.; ARAUJO, M. V. Inclusão do Aluno com Deficiência em Classe Comum. Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v. 1, n.1, 2001.